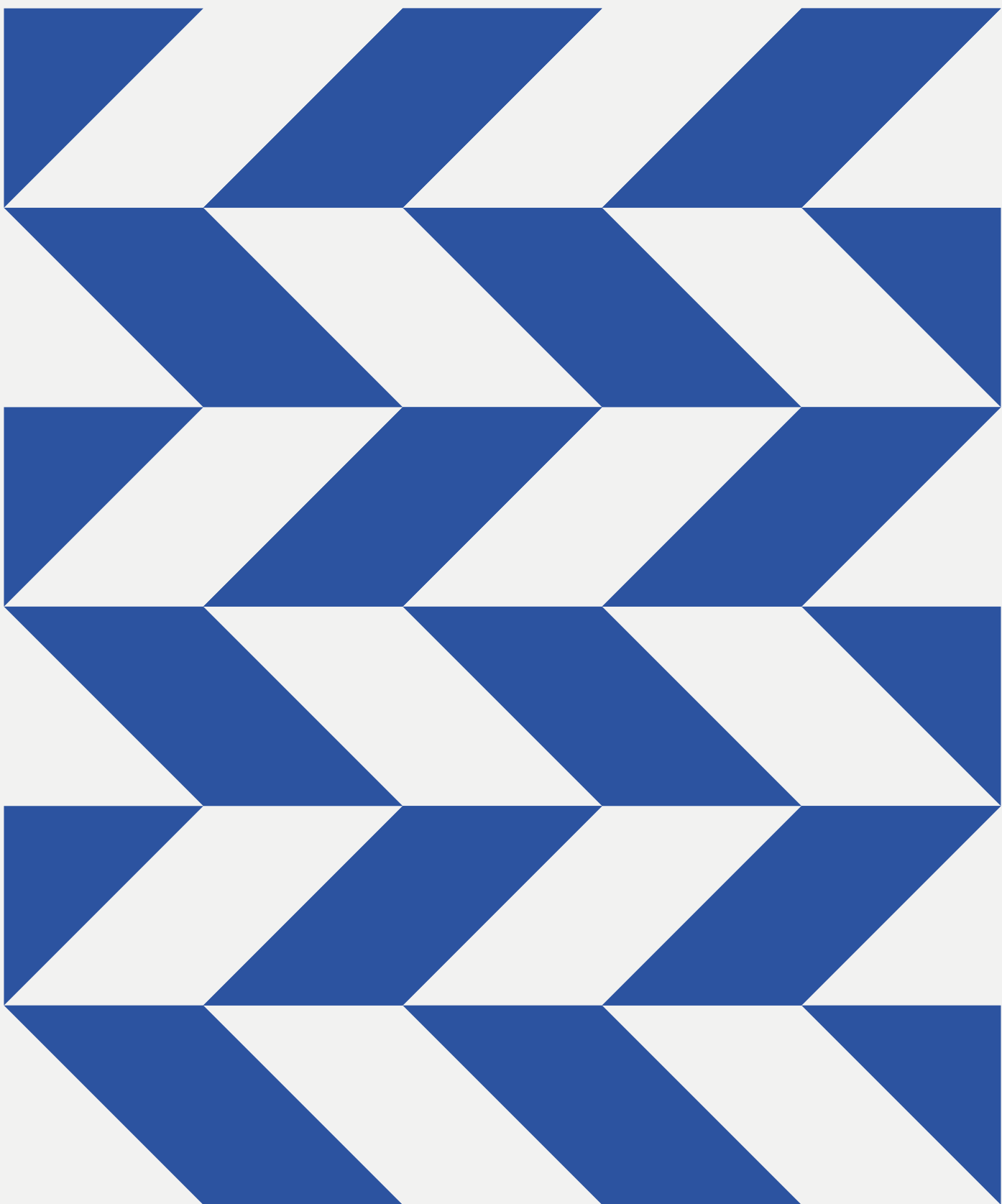


Bindi





B.

Revista Bindi: cultura, democracia e direito

Bindi Journal: Culture, Democracy and Law

Ano 2 · vol. 2 · janeiro-junho / 2023

DOI: [10.5281/zenodo.8356127](https://doi.org/10.5281/zenodo.8356127)

Conselho editorial

Dr. **Alfonso Ruiz Miguel** (Universidad Autónoma de Madrid - Madrid/Espanha); Dr. **Alfredo Attíe Jr** (Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP); Dr. **Assis Brandão** (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE - Recife/PE); Dra. **Bethânia Assis** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Porto Alegre/RS); Dr. **Celso Campilongo** (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP - São Paulo/SP - Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP); Dr. **Celso Lafer** (Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP); Dra. **Daniela Mesquita Leutchuk de Cadermatori** (Universidade La Salle (Unilasalle - Canoas/RS); Dr. **Diego Dantas** (Universidade Federal Fluminense - UFF - Niterói/RJ); Dra. **Elza Boiteux** (Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP); Dra. **Flávia Piovesan** (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP - São Paulo/SP); Dr. **Francesco Pallante** (Università degli studi di Torino - Itália); Dra. **Gisele Mascarelli Salgado** (Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo - FDSB - São Bernardo do Campo/SP); Dr. **Giuseppe Tosi** (Universidade Federal da Paraíba - UFPB - João Pessoa/PB); Dr. **José Alcebiades de Oliveira Júnior** (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS - Porto Alegre/RS); Dr. **José Antonio Magalhães** (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio - Rio de Janeiro/RJ); Dr. **José Dias** (Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Toledo/PR); Dr. **José Ricardo Cunha** (Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ - Rio de Janeiro/RJ); Dra. **Ludmila Franca-Lipke** (Universidade Livre de Berlin - Alemanha); Dr. **Marcelo de Azevedo Granato** (Instituto Norberto Bobbio - São Paulo/SP); Dr. **Marcio Renan Hamel** (Universidade de Passo Fundo - UPF - Passo Fundo/RS); Dr. **Massimo Cuono** (Università degli studi di Torino - Itália); Dr. **Michelangelo Bovero** (Università degli studi di Torino - Itália); Dra. **Monica Herman Salem Caggiano** (Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP); Dra. **Nádia Urbinati** (Universidade de Columbia - EUA); Dr. **Philip Petit** (Universidade de Princeton - EUA); Dr. **Rafael Salatini de Almeida** (Universidade Estadual de São Paulo - UNESP - Marília/SP); Dr. **Roberto Bueno Pinto** (Universidade Federal de Uberlândia - UFU - Uberlândia/MG); Dr. **Samuel Antonio Merbach de Oliveira** (Universidade Paulista - UNIP - São Paulo/SP); Dr. **Sérgio Candido de Mello** (Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP); Dra. **Silvia Pimentel** (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP - São Paulo/SP); Dr. **Tércio Sampaio Ferraz Júnior** (Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP); Dra. **Valentina Pazè** (Università degli Studi di Torino - Itália); Dr. **Willis Santiago Guerra Filho** (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ - Rio de Janeiro/RJ).

Autores(as) (deste volume)

Benoit Frydman (Université Libre de Bruxelles - Bélgica); **César Mortari Barreira** (Instituto Norberto Bobbio - INB - São Paulo/SP); **Erik Chiconelli Gomes** (Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP); **Frederico Lopes de Oliveira Diehl** (Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR - Campo Mourão/PR); **Isabella Coimbra Pires de Mello** (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUCMG - Belo Horizonte/MG); **Keven Enzo Feitosa Ramos** (Faculdade Católica de Anápolis - Anápolis/GO); **Lucas Fucci Amato Barros** (Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo/SP); **Nadia Urbinati** (European University Institute - Florença - Itália); **Norberto Bobbio** (Università degli Studi di Torino (In memoriam) - Itália); **Raíssa Moreira Lima Mendes Musarra** (Universidade de São Paulo - USP - São Paulo/SP); **Rômulo Monteiro Garzillo** (Universidade Nove de Julho - UNINOVE - São Paulo/SP); **Thiago Silveira Annunziato** (Instituto Norberto Bobbio - INB - São Paulo/SP)

Coordenação científica-editorial

Dr. Frederico Lopes de Oliveira Diehl; Dr. César Mortari Barreira; Dr. Marcelo de Azevedo Granato; Ms. Lévio Scattolini; Esp. Willians Meneses.

Equipe editorial

Coordenação Científica-Editorial

Editores-chefes: Dr. César Mortari Barreira e Prof. Dr. Frederico Lopes de Oliveira Diehl

Editores-assistentes: Dra. Raíssa Moreira Lima Mendes Musarra, Dr. Marcelo de Azevedo Granato, Ms. Lévio Scattolini e Esp. Willians Meneses

Capa e Diagramação: Igor Alves da Silva

Coordenação Editorial: Willians Meneses

Diretoria executiva

Presidente Celso de Souza Azzi

Vice-presidente Ary Oswaldo Mattos Filho

Conselheiro Raymundo Magliano Neto

Diretor Executivo César Mortari Barreira

Diretor Jurídico Marcelo Granato

Coord. Geral Lévio Scattolini Oscar Júnior

Secretário Guido Urizio

Colaborador Marcelo de Azevedo Granato

Pesquisas César Mortari Barreira, Júlia Albergaria, Lévio Scattolini Oscar Júnior e Raíssa M.L.M. Musarra

Designer Igor Alves da Silva

Coord. de Comunicação Thiago Silveira Annunziato

Gestora de Projetos e Pesquisadora Raíssa M. L. M. Musarra

Coord. Editorial Willians Meneses

Gerente Financeira Luana Silva

Gerente Administrativa Kelly Cristina

Estagiário Pesquisa Robson Gomes

Endereço para visitas

Avenida Ipiranga, 344, Edifício Itália,
Conjunto 22B República - São Paulo/SP

Endereço para correspondência

Avenida São Luiz, 50, Conjunto 22B República -
São Paulo/SP - CEP: 01046-926

Horário de funcionamento

Segunda-feira a sexta-feira, das 14h às 18h

Telefone: +55 (11) 3129-7076

E-mail: instituto@inb.org.br

Visite nosso site: www.inb.org.br

© edição e distribuição do INSTITUTO NORBERTO BOBBIO

A Revista Bindi está licenciada sob a Licença Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0).

As opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade dos autores.

Revista Bindi: Cultura, Democracia e Direito

Tradução de:
Suelen Najara
de Mello



Mestranda em Estudos da
Tradução na Universidade
Federal do Ceará (UFC).
E-mail: suelennajara@gmail.com
DOI: 10.5281/zenodo.8356322

Se teria existido uma cultura fascista¹ Norberto Bobbio

Se sia esistita
una cultura
fascista¹
Norberto Bobbio

Tradução

Palavras-chave

cultura, fascismo,
historiografia.

Parole chiave

cultura, fascismo,
storiografia.

Resumo

Bobbio responde a algumas críticas à sua ideia de que não existiu uma verdadeira cultura fascista, lembrando como a cultura liberal sobreviveu e prosperou durante o fascismo, enquanto este se alimentou, sem originalidade, de ideias e de teorias surgidas anteriormente.

Riassunto

Bobbio ribatte alcune critiche alla sua idea che non sia esistita una vera e propria cultura fascista, ricordando come la cultura liberale sopravvisse e si mantenne prospera durante il fascismo, mentre quest'ultimo si alimentò, senza originalità, di idee e teorie sorte in precedenza.

Na historiografia destes últimos anos assiste-se a uma mais ou menos consciente revalorização do fascismo. Falo de “revalorização” e não de “reabilitação”, expressão por vezes usada indevidamente pelos críticos de Renzo De Felice, e por ele aceita, para indicar o tipo de crítica a ele dirigida², pois a primeira é uma operação historiográfica, a segunda é uma operação judicial estranha ao historiador. A diferença pode parecer sutil, mas em uma atmosfera tão carregada de eletricidade como é aquela do juízo sobre o fascismo, é melhor evitar mesmo as menores faíscas. Essa revalorização pode ser feita de duas maneiras: ou enfatizando do fascismo mais os aspectos positivos que os negativos, mais o que permaneceu do que o que desapareceu no ar; ou então realçando os aspectos negativos do pré-fascismo (ou do pós-fascismo) de modo a fazer o fascismo parecer não o mal, mas um mal entre tantos deste nosso mal-ajambrado país. A primeira operação é própria da historiografia que se apresenta e se proclama objetiva em contraste com a historiografia polêmica (considerada, portanto, tendenciosa) do velho antifascismo, e considera finalmente chegada a hora de ir mais além do fascismo e do antifascismo; a segunda é própria da historiografia genericamente de esquerda de orientação mais ou menos vagamente marxista, que, colocando-se mais do ponto de vista da persistência das relações estruturais do que da variação do sistema político e das ideologias, vê um “continuum” entre pré-fascismo, fascismo e pós-fascismo, lá onde a historiografia do velho antifascismo via uma linha quebrada em vários pontos.

Uma manifestação tardia da velha historiografia polêmica deve ter parecido, a julgar pelas reações suscitadas, a minha afirmação sobre a inexistência de uma cultura fascista. Para a pergunta “Existiu uma cultura fascista?”, com a qual eu havia intitulado um parágrafo de uma conferência há alguns anos, eu tinha respondido, um tanto drasticamente, reconheço, que “uma cultura fascista, no duplo sentido de feita por fascistas declarados ou com conteúdo fascista, nunca existiu realmente, ou pelo menos nunca obteve êxito, por mais esforços que tenham sido feitos, em tomar forma em iniciativas ou empreitadas duradouras e historicamente relevantes”³. Na atmosfera criada pela historiografia antifascista por aquela da “continuidade” do estado da burguesia, a minha tese estava destinada a ser recebida bastante mal, especialmente porque, recorrente, eu a tinha reafirmado – mesmo limitando-a cronologicamente (sobre essa limitação, insisto) – dois anos depois, numa conferência florentina com estas palavras: “se existiu uma cultura fascista no segundo decênio entre 1935 e 1945 (...), nós que vivemos nesse período não nos demos conta”, e eu intimava em tom de desafio os meus contraditores: “em todo caso, fora os nomes: o nome de um único livro que conte, de um único autor que tenha deixado sua marca, a quem se possa atribuir o título ou o epíteto de fascista”⁴.

Os nomes até agora não vieram. Vieram, no entanto, expressões enfáticas de desacordo, que, com todo respeito aos meus críticos, me parecem constituídas mais de recusas verbais que de argumentos sólidos. Em um artigo no [jornal italiano] “*II Giorno*” [O Dia], Nicola Tranfaglia, com quem já tinha tido uma amigável troca de piadas, reafirma o conceito de que uma cultura fascista tenha existido, limitando-se, porém, a esta anotação (que não me parece se possa chamar de argumento): por cultura não se pode considerar apenas um fato positivo e, conseqüentemente, é cultura mesmo uma cultura negativa ou com a qual não concordamos⁵. Confesso que não consegui entender a diferença entre cultura negativa e não-cultura, entre dizer que o fascismo teve uma cultura negativa (tese de Tranfaglia) e dizer que não teve uma cultura (minha tese). Quando falei da inexistência de uma cultura fascista – provendo a minha afirmação de duas limitações, uma em relação ao escopo (tinha especificado que queria falar da cultura feita por fascistas ou com conteúdo fascista) e a outra em relação ao período (que tinha limitado ao segundo decênio, ao período da grandeza e da decadência) – não queria dizer que os fascistas tivessem retornado ao estado selvagem, não escrevessem mais livros, não publicassem mais revistas, não fizessem mais discursos com citações cultas, não usassem mais a linguagem dos “eruditos”, ou tivessem até mesmo esquecido o uso do alfabeto escrito: queria dizer simplesmente o que eu disse, ou seja, que seus esforços para criar uma cultura nova e original não foram suficientes para “tomar forma em iniciativas ou empreitadas duradouras e historicamente relevantes”, ou seja, quis dizer exatamente aquilo que parece querer dizer Tranfaglia, isto é, que a cultura fascista foi uma cultura “negativa”.

Em um artigo no [jornal italiano] “*L’Espresso*” [O Expresso], Enzo Golino, resenhando o livro de [Luisa] Mangoni, *L’interventismo della cultura* [O intervencionismo da cultura] (1974), o qual se refere em grande parte a um período precedente àquele por mim indicado, ao período da segunda onda ou da onda dos jovens que interpretaram o fascismo como movimento inovador ou até mesmo revolucionário, retoma a minha afirmação a respeito da inexistência da cultura fascista e escreve: “(...) mas no conceito de cultura entram mais coisas do que Bobbio esteja disposto a admitir”. Estas coisas são: “a doutrina do Estado e da classe dirigente elaborada por Giuseppe Bottai; as estruturas em que o regime organizava a vida pública, afetando os comportamentos individuais e coletivos dos italianos e exaltando os seus aspectos mais negativos; a confusa visão política das gerações nascidas no fascismo”⁶. Curiosamente (mas não tanto), Golino, assim como Tranfaglia, para refutar a tese da inexistência da cultura fascista, se vê forçado a alargar o conceito de cultura. Tranfaglia estendeu-o, como vimos, à cultura negativa, Golino a muitas outras coisas, dentre as quais compreende também as “estruturas”, ou seja, as instituições com

as quais o fascismo doutrinava os italianos, ou, para ser mais preciso, tentou doutriná-los sem sucesso, e que ninguém jamais pensou em negar (mas as estruturas são instrumentos dos quais anjos ou monstros podem emergir, e, se monstros emergem, é difícil ver como eles possam fazer parte da história da cultura de um país). Quanto à “doutrina do Estado” de Bottai – que, para dizer a verdade, antes de Bottai foi de Gentile, o verdadeiro criador da “doutrina fascista”, como De Felice esclareceu mais uma vez no último volume ao falar da “cultura” do Duce – não insisto nisso, pois se Golino tivesse lido toda a passagem que começa com a frase incriminada, também teria lido as seguintes palavras: “o único grupo que procurou elaborar uma doutrina original e tentou não perder o contato com o mundo foi o dos jovens gentilianos que se reuniram em torno de Bottai etc.”

Para concluir, eu também não tenho dúvidas de que tenha havido uma “confusa visão política das gerações nascidas no fascismo”, mesmo que hoje não possamos mais nos contentar com definições tão genéricas, e devemos distinguir os temas, as circunstâncias, os diferentes grupos, mesmo em conflito entre si, as diferentes e por vezes opostas influências, as mais diversas sugestões ideológicas que vão desde a extrema direita até a extrema esquerda. Mas resta o fato que as “obscuras visões juvenis”, presentes em todo tempo e lugar, não constituem o patrimônio intelectual e moral de uma nação se não forem transformadas em obras destinadas a durar no tempo, a dar vida a uma nova tradição. Grande parte das coisas escritas pelos jovens nas suas revistas e nos seus jornais, que estão sendo agora exploradas (a propósito, estão sendo exploradas não para extrair delas a visão fascista do mundo, que muitas vezes não passa de uma mera reformulação de lugares-comuns, uma repetição de palavras de ordem, com uma sobrecarga de retórica nauseante, mas para descobrir as veias de um subterrâneo antifascismo), eram, ao que eu me lembre, sucata, algo a que os próprios fabricantes não atribuíam valor algum, e que repudiavam assim que começaram a estudar seriamente, e dos quais provavelmente hoje envergonhariam-se algum afortunado explorador os colocasse novamente sob seus olhos. A prova mais segura de que uma grande parte do papel estampado sob a insígnia do Littorio nada tem a ver com a cultura de uma nação, pois foi escrita sem fortes convicções, num estado de euforia passageira, de entusiasmo à flor da pele, geralmente com o único propósito de agradar aos poderosos ou de evitar qualquer problema, está no fato de que aqueles que compuseram obras fascistas arrependiam-se ou se envergonharam, na maioria dos casos, de tê-las escrito, e, se pudessem, retirá-las-iam de bom grado de todas as bibliotecas e biografias do mundo. Como é difícil convencer a quem não viveu a experiência de um Estado policalesco (a quem viveu a equação fascismo-regime democrata-cristão, que, embora seja proposta de tempos em tempos, é uma aberração), quanto do que é escrito

ou recitado em tais regimes é adulterado pela propaganda obsessiva, pelas ameaças dos guardiões custódios da ortodoxia, pelo medo de cair em desgraça, ou pelo desejo de agradar o detentor do poder, ou, pelo menos, de viver em paz, e então é viciada, de início, pela falta de sinceridade, por consciente hipocrisia, por ostentada exibição de fidelidade aos princípios, tanto mais ostentada quanto mais não se crê no íntimo, pela necessidade de vender a alma para salvar o corpo. O produto de tudo isso não pertence à história da cultura: sob forma de atividade cultural é pura e simplesmente um ato de propiciação, que não se sabe dizer se mais vergonhoso ou mais inocente. Dou um exemplo entre mil. Um filósofo, um dos filósofos mais respeitados da época, escreveu estas palavras: “a Itália teve o dom divino de um gênio italianíssimo, que soube desafiar corajosamente as contradições conceituais, atravessar todas as portas fechadas de categorias cuidadosamente fragmentadas, refazer independentemente as premissas de todas as definições feitas, substituir a lógica dos conceitos pela mais profunda *lógica dos valores*, manter estreito contato com a realidade histórica e com a substância da vida eternamente humana e tipicamente nacional”. Não me pergunto sequer se quem escrevia aquelas palavras acreditava realmente nelas. O problema é outro: como é que essas coisas eram escritas naquela época e agora ninguém, filósofo ou não filósofo, teria a coragem de escrever de tal forma, e qualquer um teria vergonha, creio eu, de lê-las? Antes de fazer comparações entre um Estado ainda que moderadamente liberal, ainda que mediocrementemente democrático, e um Estado policialesco, é preciso se fazer perguntas desse tipo, é preciso tentar compreender essa deformação permanente da verdade, esse desdobramento da personalidade, todas aquelas formas de servilismo calculado que o despotismo sempre trouxe consigo em todas as épocas. Não se pode se maravilhar então se as obras da cultura forem contaminadas por isso.

No debate interveio também Mario Isnenghi, com breves comentários polêmicos, que são por ora somente os primeiros sinais de uma demonstração que ainda está por vir. Em um escrito de 1974 deu a entender o seu pensamento, dizendo que o “aborto terapêutico” sugerido por mim quando neguei o próprio objeto da investigação (ou seja, a cultura fascista) lhe pareceu “uma medida um tanto brutal e precipitada”⁷. Entretanto, foi somente em um ensaio de 1975 dedicado à história das instituições culturais do fascismo que ele precisou seu pensamento: “ainda hoje há muito do Venturi, para usar emblematicamente o nome de um estudioso de indubitável prestígio, nas abordagens historiográficas dos vinte anos fascistas; e, especialmente se o interesse se concentra na cultura, todos os esforços são feitos, convergindo de margens opostas – crocianas, católicas, salveminiianas, gramscianas – para negar a própria existência do problema, à luz da velha equivalência entre fascismo e

incultura”. Em nota aconselha verificar “para todos” aquele mesmo ensaio sobre fascismo e cultura, ao qual já tinham se referido Tranfaglia e Golino⁸. Primeiros sinais, eu dizia: de fato, Isnenghi também opõe à minha tese uma afirmação contrária, mas não apresenta argumentos e, sobretudo, não estabelece preliminarmente o que entenda por cultura. O artigo se dedica a informar ao leitor algumas características da linguagem política fascista e as instituições culturais de que se serviu o regime para a própria propaganda. Tudo isso é interessante, mas não tem nada a ver com o problema de fundo, se teria existido uma cultura fascista em concorrência com a cultura tradicional e com a nova cultura não-fascista ou antifascista, e, dado que tenha existido, que marca teria deixado. Qualquer um que tenha negado até agora a existência de uma cultura fascista nunca sonhou em negar a existência de uma organização fascista da cultura. Não vale opor a quem diz que não houve uma cultura fascista a afirmação de que os fascistas fizeram todos os esforços para controlar a cultura primeiro e depois monopolizá-la. O problema, mais uma vez, é outro: eles conseguiram? E, assumindo que sim, quais foram os resultados? Sou o primeiro a reconhecer que não se pode continuar a proceder com afirmações sem provas e que hoje é necessário fazer pesquisas específicas, revista por revista, jornal por jornal, grupo por grupo, como do resto está sendo feito admiravelmente por alguns jovens estudiosos. Mas se é justa a repreensão de que não se devam fazer afirmações gerais sem o apoio de uma generosa documentação, essa reprimenda não pode se destinar somente a quem nega a existência da cultura fascista, porque os adversários não fizeram melhor até agora. Alguns sequer podem ser censurados por darem testemunhos parciais e talvez apenas pessoais; os outros, que eu saiba, não fizeram mais que enérgicos sinais de não com a cabeça, movidos unicamente pela suspeita de que os primeiros sejam inspirados em seus julgamentos pela paixão partidária⁹.

Enquanto espero por uma documentação mais ampla e argumentações mais documentadas, limito-me a reapresentar algumas teses que continuo a considerar dignas de serem discutidas. O fascismo não teve um pensamento original: tudo o que constitui o material do qual se serviu a propaganda do regime estava já formado antes do fascismo, de D’Annunzio a Corradini, de Oriani a Gentile (cuja teoria do ato puro é de 1916), de Sorel a Pareto (cujo *Trattato di sociologia generale* [Tratado de sociologia geral] é também de 1916). Culturalmente, o fascismo vive de renda. É uma encruzilhada em que se encontram todos os caminhos que provêm da cultura da direita conservadora e reacionária; de Hegel (um certo Hegel) a Nietzsche (um certo Nietzsche), da Action Française ao espiritualismo católico (depois da Concordata). Não abriu nenhuma nova estrada: metáfora à parte, não entregou à tradição da cultura reacionária que também é rica de obras ilustres (que

mesmo aqueles que não se consideram reacionários leem proveitosamente) um único livro que mereça ser lembrado. Ou pelo menos o título deste livro ainda não apareceu. Falo de um livro cuja importância seja correspondente àquela das grandes obras da tradição, das quais o fascismo instrumentalmente se serviu para compor a própria “doutrina” ou mais precisamente as várias versões da própria doutrina. Quem percorra o índice da antologia *Reazionaria* [Reacionária], organizada por Piero Meldini (1973), não pode deixar de se impressionar pelo fato de que os destaques da antologia pertencem todos ao período pré-fascista ou àquele pós-fascista. O único personagem da cultura de direita durante o fascismo cujo nome não é desconhecido é Julius Evola, que foi, no entanto, sempre mantido em quarentena pelo fascismo. Acrescento: o fascismo não só usou servil e ritualmente a cultura de direita sem agregar nenhuma contribuição original, mas a usou tão mal a ponto de tê-la desacreditado e matado. Um dos traços característicos da cultura italiana pós-fascista é a ausência (muito mais evidente em nosso país do que em qualquer outro lugar) de uma cultura séria de direita. A ausência atual é tanto mais surpreendente quanto a cultura pré-fascista italiana foi, em seus protagonistas, um grande movimento de reação ao positivismo, ao materialismo histórico, em geral, às correntes filosóficas que tinham acompanhado toda tentativa de derrubar a hegemonia do espiritualismo perene, ou seja, foi uma cultura de direita.

Entretanto, os fenômenos que me parecem mais interessantes para mostrar a fraqueza e a esterilidade da grande organização fascista da cultura são os dois seguintes: a) a persistência da tradição da cultura liberal durante o fascismo, tolerada não se sabe se mais por ignorância ou impotência; b) a relativa facilidade com que as novas ideias e as novas correntes do pensamento europeu se espalharam entre os intelectuais da geração crescida durante o fascismo, apesar do ostracismo ou da indiferença oficial.

Com relação ao primeiro ponto, é supérfluo recordar a presença contínua e efetiva de “*La critica*” [A crítica] de Benedetto Croce e dos seus colaboradores, mesmo durante os anos mais obscuros, porque é bem notória: mas por ser bem notório esse episódio da vida intelectual italiana não é menos singular e significativo. Representa não somente a sobrevivência, mas também a vitalidade e o prestígio de uma tradição cultural que prolonga a própria lição para abaixo e para além do fascismo, como se o corpo alheio à vida nacional não fosse esse, mas sim o regime onipresente e onipotente. Mas não se deve esquecer que o outro grande representante da tradição liberal italiana, Luigi Einaudi, também tinha, mesmo naqueles anos, sua revista pessoal, a “*Rivista di storia economica*” [Revista de história econômica], que começou a ser publicada em 1936 (também essa, portanto, no

segundo decênio), quando a velha “*Riforma sociale*” [Reforma social] foi suspensa em 1935; e que entre os dois protagonistas da cultura liberal se realiza ininterruptamente por vinte anos – o primeiro ensaio de Croce foi escrito em 1927, o último de Einaudi em 1948 –, portanto por todos os anos do longo governo Mussolini, uma discussão sobre liberismo e liberalismo, na qual a doutrina fascista nem sequer aparece como terceiro inconveniente, e da qual a continuidade entre pré-fascismo e pós-fascismo parece como dada por pressuposta, considerando o fascismo como um acidente, ou, para usar a conhecida metáfora, como um parêntese. Para dar outro exemplo, ainda que minúsculo, o leigo que lesse a história italiana na “*Rivista di filosofia*” [Revista de filosofia], dirigida pelo mediador Piero Martinetti entre 1927 e 1945, não teria indício algum para provar a existência de um regime chamado “fascista”, agressivamente inclinado à conquista do monopólio da aculturação dos italianos. Não estou repetindo aquilo que tive ocasião de dizer em outro lugar, ou seja, que a escola democrática e liberal da nossa historiografia não só sobrevive, mas atinge seu auge justamente durante os últimos anos do regime, com obras como *Il pensiero politico italiano dal 1700 al 1870* [O pensamento político italiano de 1700 a 1870] de Luigi Salvatorelli (1935), com a qual se inicia a série de cultura histórica do recém-nascido editor Giulio Einaudi, ou como *L’opera politica del Conte di Cavour* [A obra política do Conde de Cavour] de Adolfo Omodeo (1940). Contudo, repito – porque é um fato sobre o qual convido os convictos defensores da fascistização da cultura (na qual, aliás, não acreditavam nem mesmo os fascistas não fanáticos) – que o menos cooptável (e de fato menos cooptado) de nossos grandes escritores do Ressurgimento, Carlo Cattaneo, teve seus quinze minutos de sorte renovados nesses mesmos anos, com a publicação do ensaio sobre a cidade organizado por G. A. Belloni (1931), dos *Saggi di economia rurale* [Ensaio de economia rural] (1939), organizados por Luigi Einaudi, das *Considerazioni delle cose d’Italia* [Considerações das coisas da Itália] (1942), organizados por Cesare Spellanzon¹¹. Que esses livros sejam publicados após tantos anos de permanência de um regime tendencialmente totalitário, que conquista por bem ou por mal todos os espaços disponíveis da vida pública e privada, é um dado que não pode de fato ser negligenciado em uma história da cultura italiana, porque demonstra não somente o vigor de uma tradição que permanece, apesar dos compromissos práticos, intocada, e mantém íntegro o seu complexo de superioridade sobre o induzido adversário, mas também a extrema fraqueza do conquistador, que não consegue, na intenção proclamada, louvada e aplicada com os poderosos meios dos quais dispõe, erradicar o inimigo.

Com relação ao segundo ponto, ou seja, no que diz respeito à recepção feita pela geração pós-idealista de algumas das principais correntes do pensamento europeu que estavam

tomando forma nos vinte anos entre as duas guerras, a discussão terá de ser feita com maior amplitude do que eu posso fazer nesta nota. Mas é um fato inegável que, entre 1930 e 1940, a crise do idealismo, que embora tenha sido na versão gentiliana a filosofia oficial do regime, foi determinada também pela virada de interesse de jovens estudiosos que já não pertenciam à geração pré-fascista em direção a correntes do pensamento, como o existencialismo e o neopositivismo, surgidas completamente fora da tradição do pensamento italiano, que mesmo Gentile e, em partes, também Croce tentaram reabilitar, e sobre as quais os ideólogos do fascismo, misturando São Tomás de Aquino com Vico, Gioberti com Mazzini, tinham tentado estabelecer uma política de autarquia cultural (a ser combinada com a da autarquia econômica). Não faz muito tempo, illustrei um caso que me parece verdadeiramente exemplar, o de Eugenio Colorni¹². Menciono Colorni porque é uma experiência concluída, mas poderia mencionar quase todos os pertencentes à minha geração que se formaram naqueles anos e aos quais a filosofia do fascismo permaneceu estranha, supondo que ainda existisse essa filosofia, depois que Gentile caiu em desgraça. Através de um itinerário que aqui não é o caso de descrever, Colorni descobre a filosofia da ciência, a psicanálise, todos aqueles problemas em geral do conhecimento científico que o idealismo tinha mantido em grande desdém, e aos quais não tinha reconhecido o direito à cidadania na pátria idealista. São os problemas em torno dos quais o Círculo de Viena vinha se formando, que o nazismo havia dispersado violentamente, e que na Itália, no período mais sombrio do regime sombrio, tinha tido seu primeiro descobridor e comentarista em Ludovico Geymonat. Em 1942, Geymonat e Colorni projetam uma “Revista de Metodologia Científica”, que deveria ter sido publicada pela Einaudi. Quem quer que leia esse programa¹³, que contém uma lista de temas e nomes de filósofos a serem feitos de objeto de estudo, não pode deixar de notar o extraordinário fenômeno da circulação das ideias que ocorre sob a crosta de um regime que dessas ideias não tem o mínimo vislumbre. Discurso não muito diferente deveria ser feito para o existencialismo, que entrou a todo vapor na filosofia italiana naqueles mesmos anos, tanto em sua versão laica (Abbagnano) quanto em sua versão personalista (Pareyson). E não será inoportuno lembrar que uma das discussões pró e contra o existencialismo mais vivazes acontece na revista de Bottai, “*Primato*” [Primado]. Outro caso exemplar é a história da fortuna de Hegel durante o fascismo. Através de Gentile e da doutrina do Estado ético, que Gentile extraiu mais dos escritos dos hegelianos napolitanos que diretamente dos *Princípios da filosofia do direito*, Hegel eleva-se como uma divindade tutelar do novo Estado. Seria de se esperar uma renovação dos estudos hegelianos. Mas nada acontece: a cultura fascista transmite um Hegel maneirista, o teórico do Estado

autoritário, mas não promove, não favorece, não realiza novos estudos dignos de passar para a história sobre a filosofia hegeliana. Entre os muitos reavivamentos hegelianos que se sucedem em diferentes épocas e em diferentes países, um renascimento hegeliano do tempo fascista nunca existiu. Gentile escreve um artigo em 1931 intitulado *Il concetto dello stato in Hegel* [O conceito de Estado em Hegel], no qual toma Hegel como pretexto para expor seus próprios pensamentos sobre o Estado que não é mais ético, mas total. As obras mais notáveis sobre Hegel daqueles vinte anos, desde *Hegel romantico e mistico* [Hegel romântico e místico] (1929) de Galvano Della Volpe até a *Interpretazione di Hegel* [Interpretação de Hegel] (1943) de Enrico De Negri, estão completamente à margem da apologética hegeliana oficial. No ano do centenário de sua morte (1930, mas o fascículo saiu em 1931), a “*Rivista di filosofia*” [Revista de filosofia] dedicou um fascículo ao filósofo da ética estatal. Gioele Solari publica um ensaio sobre *Il concetto della società civile in Hegel* [O conceito de sociedade civil em Hegel], no qual pela primeira vez, pelo menos na Itália, o tema central da filosofia do direito hegeliana não é mais o Estado, mas o momento precedente ao Estado, a sociedade em que se realizam as relações econômicas, formam-se as classes sociais, ergue-se o edifício inacabado do Estado juiz do Estado administrador, e se tornará um tema dominante, após os estudos de Lukács e de Löwith, quando será redescoberto o nexos entre Hegel e Marx. Uma das contribuições mais importantes ao estudo de Hegel naqueles anos, portanto, nasce na direção diametralmente oposta àquela do Hegel canonizado pela “doutrina”¹⁴.

Limito-me a estas notas no campo dos estudos filosóficos porque é o assunto que conheço melhor. Mas se a busca fosse estendida a outros campos, como o literário ou o histórico, tenho razões para acreditar que os resultados não seriam tão diferentes. A prova de fogo está, a meu ver, no que aconteceu depois, na queda do fascismo. Que a Resistência seja seguida de uma restauração e não de uma revolução é um dado de fato pacífico. Mesmo no campo da cultura, a Resistência foi em grande parte uma restauração. Pôde sê-lo porque, mesmo culturalmente, o fascismo desabou como um castelo de cartas. A Resistência recuperou com extrema facilidade (pense na explosão das revistas e das iniciativas editoriais à medida que as áreas ocupadas pelos alemães eram liberadas) a cultura pré-fascista e antifascista nas suas várias vertentes, porque uma cultura não fascista ou não fascistizada tinha atravessado o fascismo, e nunca tinha deixado de existir, apesar do gigantesco esforço feito pelo fascismo para arregimentar o país também do ponto de vista cultural. Se por acaso se pode falar de continuação ou continuidade entre o fascismo e o pós-fascismo, é também porque uma certa tradição cultural não tinha sido em momento algum interrompida e tinha sido transmitida por canais subterrâneos

que continuaram a fluir por baixo dos da propaganda insistente, mas não igualmente incisiva, não certamente porque, como alguns acreditam, o fascismo havia estendido suas ramificações para além do período histórico que foi seu. Sobretudo, isso aconteceu porque as sementes das correntes de ideias que dominariam o período imediato do pós-guerra também foram semeadas na Itália durante os anos em que o regime fascista havia chegado a seu apogeu. Assim, o futuro historiador faria bem em considerar a história da cultura na Itália, da cultura positiva, entenda-se, para retomar a distinção feita no início, e não daquela negativa, da cultura que, acumulando-se e resistindo ao desgaste do tempo, forma o caráter moral de uma nação, e a história da cultura fascista, que é uma história de mitos, a começar pelo mito do nacionalismo e por aquele imperial, que o fascismo tentou fazer acreditar e impor por meio de façanhas tão dispendiosas quanto improdutivas, como duas histórias paralelas que se sobrepõem, mas não se confundem. Confundiram-se tão pouco que, enquanto a primeira transformou-se renovando-se, a segunda está para lá de morta.

Não pretendo ter dado uma resposta exaustiva à pergunta posta no início. Pelo contrário, insisti intencionalmente na tese contestada a fim de pressionar aqueles que não a aceitam a se afastarem das respostas genéricas. O problema continua aberto a pesquisas ainda por vir. Queria, até lá, desobstruir o terreno de alguns equívocos verbais e indicar os termos em que o problema deveria ser colocado, bem como algumas questões que deveriam ser submetidas a análises mais aprofundadas que aquelas que têm sido feitas até aqui, para além dos testemunhos pessoais e réplicas *ad hominem*, a fim de tirar o debate do marasmo das recriminações de uns e das incriminações de outros.

1. Extraído da revista *Alternative* n. 6 - dezembro de 1975. Tradução: Suélen Najara de Melo. Revisão: Erica Salatini, docente UFBA, coordenadora do grupo de pesquisa PLIT-ILUFBA

2. “...quem faz estas afirmações pensa que um discurso como o meu possa *reabilitar* o fascismo” (de R. De Felice, *Intervista sul fascismo* [Entrevista sobre o fascismo], Bari, Laterza, 1975, p. 112).

3. N. Bobbio, *La cultura e il fascismo* [A cultura e o fascismo], em AA.VV., *Fascismo e società italiana* [Fascismo e sociedade italiana], Turim, Einaudi, 1973, p. 229. Também disponível em: BOBBIO, N.; A cultura e o fascismo. 2, n. 2, 2022. Disponível em: <https://revistas.inb.org.br/index.php/bind/article/view/23>. Acesso em: 21 ago. 2023.

4. N. Bobbio, *Le colpe dei padri* [As culpas dos pais], em “Il ponte” [A ponte], XXX, n. 6, 30 de junho de 1974, p. 660.

5. N. Tranfaglia, *Dogmatismo ideologico e politica della paura* [Dogmatismo ideológico e política do medo], em “II Giorno”, 27 de novembro de 1974. Do mesmo autor veja também *Intelletuali e fascismo. Appunti per una storia da scrivere* [Intelectuais e fascismo. Anotações para uma história a ser escrita] em *Dallo stato liberale al regime fascista. Problemi e ricerche* [Do Estado liberal ao regime fascista. Problemas e pesquisas], Milão, Feltrinelli, 1973, p. 127.

6. E. Golino, *Se la cultura si mette il fez* [Se a cultura usa o fez] no “L’Espresso”, XX, n. 51, 22 de dezembro de 1974, p. 69.

7. M. Isnenghi, *Battaglie dentro casa e battaglie d’arresto* [Batalhas dentro de casa e batalhas de prisão] em “Italia contemporanea” [Itália contemporânea], XXVI, n. 117, p. 107.

8. M. Isnenghi, *Per la storia delle istituzioni culturali fasciste* [Para a história das instituições culturais fascistas], em “Belfagor”, XXX, n. 3, 1975, p. 249, nota 3.

9. G. Cotroneo concorda, entretanto, com a tese por mim sustentada e defendida, *Una cultura inesistente* [Uma cultura inexistente], em “Nord e Sud” [Norte e Sul], XXII, Terceira série, n. 3 (245), abril de 1975, pp. 6-20, o qual cita uma passagem de Franco Fortini publicada no “L’Europeo” [O Europeu], XXX, n. 52, 26 de dezembro de 1974, p. 47, que mereceria um longo comentário crítico. Nesta passagem, Fortini escreve que “por estranho que pareça, os fascistas têm um pensamento, uma filosofia, uma cultura, uma grande cultura que participa estreitamente da cultura democrática e antifascista: porque o pensamento de Gentile é a outra face de Croce. Porque a filosofia de Gentile a reencontramos em Hegel”. É de fato verdade que sobre qualquer assunto pode-se dizer tudo e o contrário de tudo. Grande parte do artigo de Cotroneo é dedicado à refutação da tese segundo a qual Hegel teria sido um precursor do fascismo.

10. A maior parte dos escritos que compõem este debate de vinte anos foi recolhida no volume *Liberismo e liberalismo* [Liberismo e liberalismo], organizada por P. Solari, Milão-Nápoles, Riccardo Riccardi editor, 1957.

11. Remeto para maiores detalhes o meu artigo *Della sfortuna del pensiero di Cattaneo nella cultura italiana* [Sobre o infortúnio do pensamento de Cattaneo na cultura italiana], em *Una filosofia militante. Studi su Carlo Cattaneo* [Uma filosofia militante. Estudos sobre Carlo Cattaneo], Turim, Einaudi, 1971, p. 204.
12. E. Colorni, *Scritti* [Escritos], introdução de N. Bobbio, Florença, La Nuova Italia, 1975.
13. Veja-o em *Scritti* [Escritos], cit., pp. 239-242.
14. Ilustrei este momento dos estudos hegelianos na Itália no artigo *Lo studio di Hegel* [O estudo de Hegel], no volume *Gioele Solari (1872-1952) Testimonianze e bibliografia nel centenario della nascita* [Testemunhos e bibliografia no centenário do nascimento], Turim, Academia das Ciências, 1972. pp. 37-47.



Os artigos publicados na Revista Bindi estão licenciados sob a Licença Creative Commons Attribution

4.0 International (CC BY 4.0).